

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 217ª Reunião Ordinária – Ano 2021
11 de fevereiro de 2021

001 Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14
002 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se, on-line pela
005 plataforma digital
006 <https://us02web.zoom.us/j/81032723678?pwd=bS9zKy9lYXJyWXptVkFjcHQ5Y1JaZz09>
007 para a 217ª (ducentésima décima sétima) Reunião Ordinária no período de 14 às 18
008 horas, sob a Presidência da Conselheira Milene da Silva Weck e secretariada pelo
009 Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as)
010 conselheiros (as) Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Paulo Roberto Alves
011 Guimarães (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), Rafael
012 Vulpi Caliarì (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Ricardo Ewald
013 (FEHOFES), Raulino Pereira Gouveia (Ministério da Saúde), , Maria Maruza Carlesso
014 (SINFES), Isabela Recla Segatto (SINFES) Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana
015 Peixoto Carvalho Tibúrcio (SINDIENFERMEIROS), Eliana Baptista (SINODONTO),
016 Rita de Cássia Olímpio Martins, (SINDSAÚDE), Geiza Pinheiro Quaresma
017 (SINDSAÚDE), Luiz Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPÚBLICOS), Débora
018 Randov de Oliveira (FETAES), Elci Lobão Medeiro (CUT), Aguiberto Oliveira de Lima
019 (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Rute Cristina Queiroz Costa
020 (SINDIUPES), Paulo da Silva Teixeira (ASSOPAES), Silvio Nascimento Ferreira
021 (ASSOPAES), Mansour Cadais Filho (SINDINAPI/ES), Antônio Carlos Nogueira do
022 Nascimento (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Ida Cecília Baiôco
023 (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Wilton Alvarenga Drumond
024 (GRUPAES), Alexandro Martins Costa (Força Sindical), Elizabeth Regina Lopes
025 (Mitra). Verificado o quórum regimental pelo Secretário Executivo, foi iniciada a
026 sessão. O Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga registra que por
027 solicitação do Conselheiro Willian Fontes o pleno do CES rendeu homenagens
028 póstumas ao militante dos movimentos sociais capixaba e importante quadro do
029 movimento negro, Luiz Inácio Silva Rocha, Lula Rocha, falecido nesta data. **Item 1 da**
030 **pauta – Informes, Indicações e Expediente**
031 **A Secretaria executiva do CES apresentou os seguintes informes: Of. 003/2021 –**
032 **AEBES – Hospital Evangélico de Vila Velha – Recebimento de recursos oriundos**
033 **de Emendas Parlamentares Estaduais totalizando R\$ 200.000,00 – Convênios:**
034 **9047/20 e 9022/20. Of. 005/2021 – SINDINAPI – Solicita substituição de**
035 **conselheiros suplente no Conselho Gestor do Hospital Estadual de urgência e**
036 **Emergência – HEUE – Pela ordem Conselheiro Mansour Cadais coloca que com**
037 **relações aos informes, tem encaminhado e-mails solicitando para o Conselho e para a**
038 **Secretaria Executiva que seja dado conhecimento a Mesa Diretora, e não estão**
039 **obtendo retorno, e os pontos não estão sendo apresentados no Pleno do Conselho**
040 **Estadual, o e-mail foi encaminhado dia 19 de janeiro de 2021, às 20:58, solicitando a**
041 **viabilização de forma on-line de uma Reunião Extraordinária desse Conselho ou da**
042 **Mesa Diretora, extensiva aos Coordenadores Estaduais de plenária do Conselho de**
043 **Saúde e membros dos Conselhos Municipais de Saúde, com os técnicos da Sesa,**
044 **tendo como finalidade apresentações e esclarecimentos referentes ao atual PDR**

057 (Plano Diretor de Regionalização) que refere-se a unificação para as regionais de
058 saúde norte com a Central. Precisamos desse esclarecimento, foi implantado pela
059 Sesa, mas não veio para o Conselho Estadual, e não foi compartilhado com os
060 Conselhos Municipais, estamos indo para 30 dias de solicitação e nenhuma
061 providência foi tomada. Presidenta Milene da Silva Weck esclarece que essa etapa de
062 informes é para os Conselheiros que desejam externar algum informe para os demais
063 e que a solicitação precisa ser agendada, pois é uma solicitação pertinente e de
064 extrema urgência. Secretário Alexandre de Oliveira Fraga especifica que esse assunto
065 foi trazido para a Mesa Diretora na última reunião, e que o tema ficou para ser
066 debatido numa próxima reunião, inclusive faz parte de uma solicitação de pauta que foi
067 apresentada pelo Conselheiro Paulo Alves no mês de dezembro para ser apresentada
068 ao colegiado. **Item 2 – Aprovação da Ata da 86ª Reunião Extraordinária do CES –**
069 **Conselheiros que se abstiveram da Ata 86ª, Conselheira Eliana Baptista, Conselheira**
070 **Maria Maruza Carlesso, Conselheira Débora Randov de Oliveira. Conselheira Maria**
071 **Maruza Carlesso sugere que a aprovação da Ata aconteça numa próxima reunião.**
072 **Presidente Milene da Silva Weck solicita que os conselheiros que não receberam a**
073 **Ata registrem no chat para ficarem cientes do quantitativo que não recebeu e onde**
074 **está a falha. E atendendo a diversas solicitações a Ata da reunião foi remetida para**
075 **aprovação na próxima seção do CES. Secretário Alexandre de Oliveira Fraga reforça**
076 **que o documento (Ata 86ª) foi entregue a todos os conselheiros por e-mail.**
077 **Conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima coloca que está regimentado que a Ata é**
078 **votada na sessão que está pautada. Se a mesma foi enviada para todos como foi**
079 **enviada para mim, a Ata tem que ser submetida a votação. Presidente Milene da Silva**
080 **Weck esclarece que se a Ata chegou à responsabilidade de ler ou não é de cada**
081 **conselheiro. Conselheiro Gilson Mesquita reforça que o GRUPAES não recebeu o e-**
082 **mail, e que compete ao ente público rever seus atos administrativos, o atraso de uma**
083 **semana ou duas para aprovação da Ata não traz nenhum prejuízo ao coletivo**
084 **Item 3-**
085 **Análise e encaminhamentos sobre as ações do Governo do Estado no**
086 **enfretamento ao COVID-19 / Plano Estadual de Vacinação–Apresentação do**
087 **Secretário Nésio Fernandes e do Subsecretário Luiz Carlos Reblin. O Secretário**
088 **Nésio Fernandes inicia a apresentação do tema relatando a situação atual do**
089 **desenvolvimento da pandemia no ES e destaca a preocupação com o possível**
090 **aumento da incidência de casos nos próximos meses devido ao período propício para**
091 **infecções respiratórias e a circulação de novas cepas do COVID, por termos um**
092 **grande risco de ter uma terceira expansão da Pandemia que poderia ocasionar numa**
093 **pressão assistencial simultânea nas diversas regiões do país, em especial nas regiões**
094 **e nos estados que tem um comportamento da curva de doenças respiratórias agudas**
095 **graves, já conhecido pela sazonalidade dessas doenças a partir dos meses de março**
096 **e abril. Vivemos neste momento no nosso Estado uma etapa de recuperação da curva**
097 **de casos, onde tem caído a internação, o número de óbitos e iremos viver um período**
098 **de consolidação dessa queda para mais a frente observarmos um novo crescimento**
099 **da cura de casos no nosso Estado. As novas cepas são resultado do descontrole**
100 **pleno da circulação da doença no país onde o vírus circula livremente com alta**
101 **capacidade de replicação, de mutação e adaptação aonde uma dessas variações**
102 **pode acabar resultando em complexidades maiores visto que elas podem apresentar**
103 **características de aumento da transmissibilidade da doença como também**
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116

117 características que reduzem o efeito e a eficácia de diversas vacinas que já foram
118 desenvolvidas, produzidas, aprovadas e que estão sendo utilizadas no mundo inteiro.
119 Estamos com um novo desafio de poder iniciar todo desenvolvimento de vacinas
120 adaptadas a essas novas variantes, um desafio incrementado por que ainda não
121 imunizamos com ampla cobertura a população com as vacinas desenvolvidas,
122 produzidas e aprovadas. Em maio do ano passado, estabelecemos uma proposta, um
123 documento, chamado Agenda de Resposta Rápida da Atenção Primária em Saúde, no
124 enfrentamento a pandemia no Espírito Santo, ARRAPS, essa agenda de respostas
125 reúne um conjunto de diretrizes e medidas para que a atenção primária tenha
126 protagonismo em frente a pandemia com a carga de doenças que existe na sociedade.
127 Informa que a SESA está trabalhando na ampliação da testagem PCR para identificar
128 casos e a incidência em municípios e bairros a fim de traçar estratégias de
129 enfretamento. Afirma a importância da vacinação, principalmente dos profissionais de
130 saúde, que terão maior segurança para prestar serviços aos usuários do sistema.
131 Registrou ainda o reconhecimento recebido de familiares de pacientes do Amazonas
132 que foram tratados e recuperados no Estado e destacou o espírito solidário do
133 Sistema Único de Saúde. Criticou o a disseminação fraca, violenta, de mentiras, de
134 fake News pelas redes sociais e o comportamento do Governo federal quanto a
135 Política Nacional de Vacinação em curso, visto que no ritmo que se desenvolve
136 chegaremos ao final de 2021 sem conseguir vacinar toda a população por falta de
137 vacina. Desta forma, com as doses disponibilizadas pela União, estão sendo
138 priorizados os profissionais de saúde e os usuários em grupos de risco. O
139 Subsecretário Luiz Carlos Reblin relata sua preocupação com as mutações do vírus
140 que estão surgindo e reforçou a necessidade do uso da máscara, os cuidados de
141 higiene e distanciamento social. Destaca que a vacina será muito importante, mas o
142 processo de vacinação será lento que deverá se estender por todo o ano, pois para
143 cada 100 doses acessíveis esse ano, 60 doses serão produzidas a partir do segundo
144 semestre. Reafirmou a importância da testagem que está em curso para análise do
145 comportamento da doença e destacou a capacidade do LACEN, que hoje faz em
146 média 4.000 mil exames dia, e os Laboratórios conveniados para fazer os exames
147 coletados e anunciou que nos próximos dias a SESA estará disponibilizando o exame
148 de antígeno para detecção rápida do COVID o que deve melhorar muito no
149 diagnóstico da doença e representa um importante avanço no combate da mesma.
150 Informo ainda que será dado início ao monitoramento inteligente de todas as pessoas
151 que chegam de viagem ao Espírito Santo e que esta ferramenta tecnológica é inédita
152 no país. Foi dada a palavra para a Coordenadora Estadual de Imunizações das
153 Doenças e Vigilância das Doenças Imunoprevesíveis da SESA Danielle Grillo detalhou
154 o grande desafio de se fazer uma campanha de vacinação com número de vacinas
155 limitado, conforme o Plano Nacional de Vacinação estava definido como público
156 prioritário dessa primeira fase da Campanha, os idosos acima de 60 anos de idade de
157 instituições de longa permanência, as pessoas com deficiência institucionalizadas em
158 residências inclusivas, os indígenas aldeados, os trabalhadores da saúde e os idosos
159 acima de 75 anos, porém não foi possível iniciar esse plano de vacinação com esse
160 grupo prioritário devido a limitação do grupo de vacinas. Recebemos a quarta remessa
161 da Vacina do Ministério da Saúde sendo possível iniciar a vacinação nos idosos. Na
162 resolução CIB, existe uma orientação da Secretaria Estadual de Saúde juntamente
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176

177 com a COSEMS, essa pactuação que à medida que novas doses chegarem serão
178 disponibilizadas para o grupo de idosos de forma decrescente. É de responsabilidade
179 do SUS a aquisição de insumos para o Estado do Espírito Santo, recebemos assim
180 seis milhões de seringas para atendimento da Campanha de Vacinação COVID-19.
181 Conselheiro Luiz Tupinambá indaga sobre a limitação da vacina. Conselheiro Gilson
182 Mesquita, sobre farmácia cidadã, vacina para profissionais da educação e doentes
183 reumáticos. Conselheira Eliane Baptista sobre a fiscalização do controle de vacinação
184 dos profissionais da saúde. Conselheira Denice Silva Gonçalves, sobre as vacinas da
185 ANVISA, vacinação em idosos e vacinação de pessoas com outras doenças e sobre a
186 composição das vacinas. Conselheira Maria Maruza Carlesso, sobre a vacinação dos
187 farmacêuticos trabalhadores em farmácias comerciais. Secretário Nésio Fernandes
188 esclarece que as vacinas somente da ANVISA. Subsecretário Luiz Carlos Reblin
189 reforça que a distribuição das vacinas é feita conforme atribuições do Ministério da
190 Saúde para a população e que a taxa de ocupação de leitos UTI é de 67% e explanou
191 sobre a ouvidoria e sua importância com relação a apuração de denúncia, deixando
192 uma sugestão ao Conselho Estadual de Saúde, para que possam pedir a presença de
193 um responsável da área da regulação. Com a Palavra Danielle Grillo, com relação aos
194 trabalhadores da educação, eles estão elencados no Plano Nacional de Vacinação e
195 serão contemplados a partir da incorporação das vacinas e na previsão do
196 cronograma, mas temos a ordem da primeira fase que estão os idosos acima de 75
197 anos em seguida os idosos de 60 anos e no terceiro momento as pessoas com
198 comorbidades, como os pacientes reumáticos. Com relação a ordem de priorização,
199 estamos seguindo as orientações do Plano Nacional de Vacinação, os Estados
200 seguem uma Diretriz Nacional e a questão da transparência temos os painéis de
201 vacinação onde os conselheiros podem acompanhar a distribuição das vacinas e as
202 doses aplicadas por município, e por Estado, é possível monitorar no Localiza SUS
203 .Presidenta Milene da Silva Weck presta esclarecimento devido a um Ofício circular
204 que os conselheiros receberam do CNS, onde solicitam apoio dos Conselhos
205 Estaduais e Municipais de saúde para acompanhamento e implementação efetiva da
206 vacinação, para que possam estabelecer estratégias e mecanismo para monitorar e
207 fiscalizar o número de doses recebidas, número de pessoas incluindo atribuição do
208 Ministério Público e Tribunal de Contas. E questionou sobre a aquisição de doses
209 extras da vacina. Conselheira Ida Cecília Baiôco questionou sobre o calendário de
210 vacinas. Conselheiro Mansour Cadais interpela quais são os valores conceituais da
211 SESA sobre os impedimentos e o controle social das reuniões de forma presencial.
212 Conselheira Geiza Pinheiro, questiona sobre a vacinação dos profissionais com
213 registro no CNES. Conselheiro Rafael Caliarri reforça sobre os dados da ouvidoria e os
214 canais de denúncia. Subsecretário Luiz Carlos Reblin adiciona que a falta de vacina é
215 de responsabilidade do Governo Federal gerando essa dificuldade dos Estados e
216 Municípios, e que os mesmos fazem a coordenação, não podendo cada um seguir seu
217 Plano de Vacinação. Sobre os passageiros que entram no Espírito Santo, temos uma
218 estratégia inovadora em relação ao monitoramento. Em relação as escolas estamos
219 acompanhando os Municípios e suas estratégias, lembrando que disponibilizamos a
220 Plataforma da Escola Segura, um documento oficial que todos devem acessar e
221 colocar suas informações para que possamos monitorar junto com Vigilância Sanitária,
222 Ministério Público e os Conselhos que devem ser criados em cada instituição de
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236

237 ensino. Explica que as reuniões presenciais não há interdição isso seria uma decisão
238 do próprio Conselho. Discorre que o Ministério da Saúde usa o CNES e a base de
239 todos os trabalhadores vacinados nas Campanhas de Influenza para calcular a
240 quantidade de vacina, e explica que muitas pessoas que atuam nas áreas críticas de
241 um hospital não estão registrados no CNES. Aberto o segundo bloco de perguntas:
242 Conselho Antônio Carlos do Nascimento questiona sobre os pacientes transferidos
243 de Manaus, o compromisso do Secretário Nésio Fernandes com o Conselho, o
244 cronograma de vacinação para os pacientes de 65 a 68 anos de idade, o ambulatório
245 do Hospital Jaime dos Santos Neves fechado. Conselheiro Luiz Tupinambá pergunta
246 sobre o planejamento do Governo Federal e a prerrogativa dos Municípios.
247 Conselheiro Paulo Teixeira solicita que sua participação na reunião seja constada em
248 Ata, relembra que quando a equipe de serviço da SESA surgiu com o protocolo, foi
249 feita uma Reunião Extraordinária para discuti-lo e literalmente todo conselho se
250 posicionou sobre o mesmo fugir da realidade das escolas públicas. Hoje vemos que as
251 Escolas da rede Estadual e das redes Municipais não estão cumprindo os protocolos,
252 temos denúncias, documentos e fotos. O próprio Secretário se coloca alheio a
253 realidade de querer assumir essa responsabilidade, porque quem está sendo
254 prejudicado é o professor e os trabalhadores da educação. O Governo do Estado
255 assumiu a reposição de enfrentamento e fez o recolhimento da quarentena. Questiona
256 se existir a compra da vacina pelo Governo do Estado o profissional da educação será
257 prioridade. E coloca que qualquer profissional de Educação Física que tenha registro
258 está sendo vacinado em Cariacica. Subsecretário Luiz Carlos Reblin esclarece que os
259 pacientes de Manaus vieram para o Espírito Santo devido à falta de respiradores,
260 seguindo protocolos de testagem com os pacientes e trabalhadores da saúde e todo
261 material se encontra na FIOCRUZ/RJ. Os recursos Federais que vieram para o
262 Espírito Santo foram distribuídos para todos os Municípios e Secretarias, para
263 ampliação de leitos de UTI e testagem. Idosos de 65 a 68 anos de idade tem
264 perspectiva de ter a primeira dose no mês de março, com testes de PCR e o Teste de
265 Antígeno feitos em laboratórios credenciados e no LACEN. Em relação ao Laboratório
266 do Hospital Jaime dos Santos Neves, todas as consultas foram retiradas do mesmo
267 por que hoje ele é um Hospital Referência COVID. Fez relato sobre as filas
268 importantes que estavam há algum tempo zeradas em função das estratégias que as
269 regionais adotaram de credenciamento pessoal, os recursos foram destinados ao
270 pagamento de internações, aumento de testagem e ampliação de várias estruturas
271 hospitalares. O estado tem a responsabilidade partilhada com os Municípios, mas sem
272 alterar a regra que foi estabelecida nacionalmente. A prioridade de vacinação é
273 definida em cima do risco que cada segmento apresenta e a quantidade de idosos. As
274 negociações são feitas com os representantes das empresas que fabricam as vacinas
275 ou representantes comerciais que tem a delegação da empresa, fazemos a verificação
276 de veracidade e Secretário e Governador anunciam publicamente. Os profissionais da
277 educação e da segurança estão no grupo prioritário, muito provável que eles estejam
278 incluídos nas próximas duas mil e quinhentas doses da vacina. **Item 4 – Solicitação**
279 **de Vacinação contra COVID-19 prioritária para os Profissionais de Educação -**
280 **SINDIUPES; Solicitação de Vacinação contra COVID-19 para Profissionais de**
281 **Saúde cadastrados no CNES, Usuários dos Serviços de Residências**
282 **Terapêuticas e Portadores de Doenças Reumáticas – A apresentação do tema foi**
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296

297 feita pelo Sr. Gean Nunes, representante do SINDIUPES que pontuou que a
298 ansiedade em torno do retorno à normalidade na rotina de vida da população brasileira
299 diante da pandemia é notória e tem feito parte de inúmeros debates, proposições e
300 análises feitas em todos os segmentos da sociedade. Na Educação Pública, pela
301 excelência do exercício, não tem sido diferente, tendo como principal polêmica a
302 necessária inclusão dos/as trabalhadores/as em educação no grupo prioritário do
303 Programa Emergencial de Vacinação para o combate e erradicação do vírus COVID-
304 19, como medida de proteção e segurança à saúde e à vida, uma vez que estarão
305 expostos/as a pandemia em um possível retorno das aulas presenciais e já trazem
306 tantas outras doenças próprias da profissão segundo o IPJM. Consideramos essencial
307 que esse conceituado Conselho Estadual de Saúde se posicione em favor dessa
308 iniciativa por parte do Poder Público, considerando que a Educação vem sendo objeto
309 de pressões e seguidos Decretos e Resoluções que insistem em um retorno das aulas
310 presenciais sem as devidas garantias por parte do Governo do Estado do Espírito
311 Santo das condições sanitárias adequadas nas Escolas Públicas Estaduais, bem
312 como a flagrante deficiência do Poder Público em garantir os protocolos exigidos pela
313 Organização Mundial de Saúde. Salientamos, ainda, que diversos são os argumentos
314 de que o trabalho exercido pelos/as trabalhadores/as em educação está na categoria
315 da essencialidade, como, de fato, o é. Essa recomendação vem da UNESCO para que
316 priorizem os professores no cronograma de vacinação. Nós enquanto sindicatos
317 acionamos a justiça em outubro de 2020 e estamos juntos com a ASSOPAES. Para
318 tanto, é necessário buscar o alinhamento da reconhecida essencialidade do setor ao
319 direito prioritário, assim como as demais categorias de servidores/as públicos/as
320 estaduais, à vacinação emergencial. Contamos com o apoio do CES na perspectiva
321 que o retorno às aulas presenciais só ocorra após a vacinação dos/as
322 trabalhadores/as em educação. Após a apresentação a reunião foi encerrada às 18h e
323 o assunto, assim como os demais itens da pauta, serão apreciados em uma nova
324 seção do CES.

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

Alexandre de Oliveira Fraga

Secretário Executivo

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Milene da Silva Weck

Presidenta

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

